



EDITORIAL

Antonio Teixeira de Barros¹

Esta edição da revista E-Legis apresenta o dossiê Políticas Ambientais, em um momento em que o debate sobre estratégias e políticas voltadas para o setor ambiental adquirem cada vez centralidade, tanto no Brasil quanto no cenário global.

Além dos cinco artigos do referido dossiê, a edição atual apresenta ainda cinco artigos de tema livre. O primeiro *The Professional Training Policy in the Brazilian Federal Legislative Body: the path of corporate education in the modernization narrative of the Parliament*, de William Maximiliano Carvalho de Melo e Fernando de Souza Coelho, investiga a emergência das escolas do legislativo no âmbito federal, após a redemocratização. O texto sintetiza ainda alguns elementos históricos da política de formação profissional na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O segundo, de autoria de Livia de Souza Viana, Rose Mirian Hofmann, Fausto Barros de Sá Teles, Fabiano Peruzzo Schwartz, *Avaliação da efetividade da política de bandeiras tarifárias na região Sudeste do Brasil (2015-2018)*, estuda as medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para conter o consumo de energia elétrica. A avaliação utiliza-se de duas abordagens estatísticas: a comparação entre médias de variação de consumo e a regressão linear múltipla a partir de variáveis com potencial explicativo sobre o perfil de consumo de energia elétrica. As duas abordagens foram desenvolvidas a partir de dados de consumidores residenciais da Região Sudeste do Brasil, e convergiram para um resultado comum: a aplicação da Política de Bandeiras Tarifárias não alterou de forma significativa o consumo de energia elétrica, o que sugere possível falha na efetividade dessa política.

Em seguida temos *Embriaguez ao volante, homicídio e lesão corporal no código de trânsito brasileiro: considerações críticas sobre a lei nº 13.546/2017*, de Glaison Lima Rodrigues. A referida lei trata da punição aos crimes de homicídio e lesão corporal

¹ Editor da revista E-Legis.

previstos no Código de Trânsito Brasileiro e sua relação com a embriaguez ao volante.

A organização institucional da Câmara dos Deputados do Brasil e do Uruguai e seus reflexos na composição das discussões em plenário sobre o aborto (1985-2016) é o tema do estudo assinado por Luis Gustavo Teixeira da Silva. O propósito é discutir o modo como a organização institucional das sessões plenárias das duas instituições, definidas por seus respectivos regimentos internos, estruturou a composição das intervenções discursivas sobre a interrupção voluntária da gravidez entre os anos de 1985 e 2016.

O último texto, Policiais militares nos legislativos estaduais: produção legislativa, temas e interesses corporativos, de Elias Ariel de Souza, avalia como os interesses corporativos impactam a atuação desses parlamentares. A principal conclusão mostra grande relevância das homenagens a integrantes das forças policiais como estratégia de conexão eleitoral.